

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 92
14/04/06 - 20/04/06**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), Haroldo Ledandeck e Maria Paula de Barros Cantusio (redatora responsável).

Brasil e Japão assinaram acordos sobre TV digital

A comitiva brasileira que viajou ao Japão para negociar a adoção do padrão tecnológico de televisão digital assinou acordos com o governo e com empresas daquele país. O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, assinou um memorando no qual o Brasil declara a sua intenção em adotar o padrão japonês (ISDB). O protocolo de intenções, que não representa uma decisão definitiva de Brasília, prevê a absorção de tecnologia brasileira pelo padrão ISDB; participação do Brasil no consórcio responsável pela tecnologia; criação de centro de desenvolvimento nacional; dispensa no pagamento de royalties e financiamento pelo *Japan Bank of International Cooperation* da transição dos radiodifusores brasileiros para o sistema digital. O acordo não prevê o compromisso do Japão com a instalação de uma fábrica de semicondutores no Brasil – que era esperado pelo governo brasileiro. Contudo, a empresa japonesa Toshiba mostrou interesse em instalar tal fábrica no país e enviará representantes para estudar a possibilidade em 15 dias. A assinatura do documento com o governo japonês desagradou a americanos e europeus, que também possuem padrões de TV digital e tentam fazer com que o Brasil adote suas tecnologias. Tanto que a União Européia reforçou seu convite para que a missão brasileira vá a Europa tratar pessoalmente das ofertas da “Coalizão DVB”, grupo de empresas que defende o padrão europeu. Na carta enviada à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, a coalizão se comprometeu a assinar com o Itamaraty um acordo para a instalação da fábrica de semicondutores no Brasil. A decisão de qual dos padrões será adotado pelo país compete ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/04/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/04/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 20/04/06; O Globo – Economia – 14/04/06; O Globo – Economia – 20/04/06).



Ex-funcionário do governo americano exortou Brasil a cessar atividades nucleares

O ex-conselheiro de segurança nacional dos EUA, Brent Scowcroft, pediu para que o Brasil e outros signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear com capacidade para enriquecer urânio, cessem suas atividades. Scowcroft disse que tais países, aceitando um regime de acesso garantido ao combustível atômico ajudariam a esvaziar a posição do Irã, que nos últimos meses vem ameaçando retomar seu programa nuclear. Entretanto, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, voltou a defender o direito dos países desenvolverem programas nucleares, desde que voltados para fins pacíficos. Para Amorim, o entrave com o país do Oriente Médio deve ser resolvido de forma pacífica. Para isso, acredita que os iranianos devem esforçar-se para que não fique qualquer dúvida em relação à natureza do programa nuclear que desenvolvem e cooperar com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). (Folha – Mundo – 19/04/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 14/04/06).

Nova missão europeia visitará o Brasil

Uma nova missão de veterinários da União Europeia (UE) visitará o Brasil em junho. A intenção da visita será avaliar as ações para o controle e o combate da febre aftosa no Brasil. As importações de carne brasileira pela UE estão suspensas desde outubro de 2005. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/04/06).

Governo boliviano adiou nacionalização de reservas naturais

O governo boliviano adiou a publicação da lei que nacionalizará as reservas de gás natural do país, que estava prevista para acontecer por volta do dia 15 de abril. O ministro dos Hidrocarbonetos da Bolívia, André Soliz, havia afirmado, dia 13 de abril, que para o acordo ser implementado só precisava ser revisado e assinado pelo presidente, Evo Morales. No dia 17, o ministro boliviano dos Hidrocarbonetos, Adrés Soliz e o presidente da estatal boliviana YPFB, Jorge Alvarado, viajaram ao Brasil para encontrarem-se com o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, e com o ministro brasileiro das Minas e Energia, Silas Rondeau, à fim de discutir a situação da estatal brasileira no país após a aprovação da lei. Durante o encontro, foi assinado um acordo sigiloso a respeito da regulamentação da nova Lei de Hidrocarbonetos boliviana. As autoridades do governo de Morales garantiram que a Petrobrás terá um tratamento diferenciado frente à nacionalização de reservas de gás. No dia 18, a estatal brasileira normalizou o fornecimento de gás natural da Bolívia, ao concluir o reparo de um duto que havia sido danificado por fortes chuvas que atingiram a região do Chaco

boliviano há duas semanas. Os consumidores residenciais ou os proprietários de veículos à gás não foram abarcados pelo contingenciamento do combustível, que continuou valendo para as refinarias da Petrobrás e para as termelétricas. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/04/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/04/06; O Globo – Economia – 15/04/06).

Brasil iniciou conversações com Argentina e Uruguai sobre guerra da papeleiras

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, telefonou para seu colega argentino, Jorge Taiana, e uruguaio, Reinaldo Gargano, no dia 15 de abril, na tentativa de destravar o impasse diplomático entre os dois países. Amorim telefonou, ainda, para o chanceler paraguaio, Leila Rachid. No dia 18, o chanceler brasileiro recebeu o secretário de Relações Econômicas Internacionais da chancelaria argentina, Alfredo Chiaradía -enviado pela Casa Rosada para explicar os argumentos do país na disputa. A crise entre Argentina e Uruguai deu-se após a intensificação de protestos de ambientalistas argentinos frente a instalação de duas multinacionais produtoras de celulose no lado uruguaio da fronteira entre os países, às margens do Rio Uruguai. O presidente argentino, Nestor Kirchner, quer que as obras sejam suspensas até que um estudo sobre o impacto ambiental que as fábricas causarão no rio fique pronto. O governo uruguaio pede que o tema seja levado ao conselho do Mercosul. Entretanto, o governo argentino se opõe. Durante a semana, o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, cobrou do bloco uma resposta frente aos bloqueios da fronteira uruguaia pelos argentinos e afirmou que, “assim como está”, o bloco “não serve” a seu país. A disputa entre os dois países já vem desgastando a imagem internacional do Mercosul. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/04/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/04/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 20/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 20/04/06).

Brasil defenderá que ricos paguem pelo perdão de dívidas da América Latina

O Brasil defenderá a proposta de que os países do G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo) patrocinem o perdão de dívidas dos países mais pobres da América Latina com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Tal proposta – que beneficiará Guiana, Haiti, Honduras, Nicarágua e Bolívia – será levantada, em Washington, pelo ministro do Planejamento brasileiro, Paulo Bernardo, que presidiu uma comissão para estudar o tema após a reunião do BID no Brasil. Divergindo da posição brasileira, os Estados Unidos defendem que o perdão dessas dívidas seja pago pelo Fundo de Operações Especiais (FOE) do BID, que teria, posteriormente, suas reservas recompostas com recursos de todos

os países sócios da instituição. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/04/06).

Diretor-geral da OMC falou sobre Rodada Doha

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, responsabilizou o Brasil, os Estados Unidos, a União Européia, o Japão e a Índia pelos entraves na Rodada Doha de desenvolvimento e liberalização comercial. Lamy exortou esses países a oferecerem cortes reais em seus subsídios e tarifas a fim de fazer com que as negociações avancem. Os governos norte-americano e europeu indicaram ao Brasil que poderão fazer, na próxima semana, novas propostas de abertura de seus mercados agrícolas. A saída de Robert Portman como representante comercial dos EUA, na semana passada, foi considerada negativa pelo Brasil para as negociações da Rodada, apesar da Casa Branca ter garantido que nada mudará em sua política comercial. Portman era considerado um aliado do Itamaraty na pressão para que a UE abrisse mais seus mercados agrícolas. No dia 18 de abril, o embaixador brasileiro em Genebra, Clodoaldo Hugueney, reuniu-se com representantes de outros países emergentes para decidir se apresentarão em conjunto uma nova proposta de cortes de taxas aduaneiras para produtos industriais. O encontro terminará dia 21. O prazo marcado para que se chegue a um acordo sobre Doha é dia 30 de abril. Alguns governos internacionais, e até a própria OMC já começam a pensar em um plano B para salvar as negociações. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/04/06).

Brasil fará uma lista da flora nacional para prevenir a biopirataria

O governo brasileiro decidiu fazer uma lista com as características de mais de três mil espécies da flora do país. O objetivo é evitar que seus nomes sejam registrados como marcas no exterior e utilizados comercialmente, como o cupuaçu, que foi registrado por uma empresa japonesa como sendo uma marca, o que barrou as exportações brasileiras da fruta no Japão, na Europa e nos Estados Unidos. O governo brasileiro já conseguiu com que o registro japonês fosse cancelado. O banco de dados criado pelo Brasil será enviado às agências de marcas e patentes de diversos países, com o intuito de facilitar o trabalho dos examinadores. O trabalho também deve ser encaminhado ao comitê permanente de marcas da Organização Mundial de Propriedade Intelectual e à Organização Mundial do Comércio (OMC). (Folha de S. Paulo – Ciência – 19/04/06; O Globo – Economia – 19/04/06).

Bancos internacionais pediram reformas econômicas aos países emergentes



Os maiores bancos e instituições financeiras do mundo, reunidos no Instituto de Finanças Internacional (IFF, na sigla em inglês), pediram reformas econômicas aos países emergentes, como o Brasil, para que não ocorra um declínio no atual quadro de crescimento global, tal qual estão prevendo. O diretor-gerente do IFF, Charles Dallara, afirmou não acreditar em retrocesso no caso do Brasil. Entretanto, cobrou novas reformas, sobretudo nas áreas fiscal e previdenciária. O diretor lembrou que os países emergentes têm sido beneficiados pela liquidez atual no mercado internacional, que deve acabar com a previsão do aumento dos juros internacionais de agora em diante. Dallara se disse impressionado com a tranquilidade com que o cenário internacional recebeu a mudança no Ministério da Fazenda, com a substituição de Antônio Palocci por Guido Mantega. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/04/06).

Chávez visitou o sul do Brasil

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, anunciou, no dia 19 de abril, que seu país irá abandonar a Comunidade Andina de Nações (CAN), por acreditar que o bloco está “morto”, para apostar no Mercosul. Chávez ressaltou, entretanto, acreditar que o bloco do Cone Sul precisa de uma “transformação”. A Venezuela já é membro associado do bloco e, desde dezembro de 2005, vêm se preparando para uma adesão plena. No dia 20, o presidente venezuelano desembarcou no sul do Brasil para fechar uma série de reuniões de empresários da Venezuela que foram ao Paraná em busca de mercado para produtos petroquímicos, de telecomunicações, de construção civil, de siderurgia e de material plástico. Chávez ainda encontrou-se com o governador do Paraná, Roberto Requião para assinar um memorando de convênios entre o Estado brasileiro e a Venezuela. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/04/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 20/04/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 20/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 20/04/06).

Relatório do FMI chamou atenção do Brasil para gastos em ano eleitoral

O Fundo Monetário Internacional (FMI), preocupado com a capacidade do governo brasileiro em conseguir segurar as despesas neste ano eleitoral, exortou o Brasil a resistir às pressões para afrouxar a atual disciplina fiscal e manter como prioridade os superávits primários, economias para pagar os juros da dívida externa. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já havia garantido que o rigor fiscal seria mantido. O pedido do fundo faz parte do relatório “Perspectivas para a Economia Mundial”, divulgado no dia 19 de abril. O relatório acentua a importância de “manter políticas saudáveis” e de conservar, nas transições políticas, a credibilidade. O documento também mostra indicadores que revelam inchaço no setor público federal brasileiro e um aumento do número de despesas obrigatórias. Segundo o FMI, o Brasil continua no grupo de países com o nível de endividamento público superior a 50% do Produto Interno Bruto (PIB). Para este

“grupo de risco”, uma “deterioração no ambiente financeiro global representa um risco elevado dado o atual nível de endividamento”, segundo o FMI. Para que isto não ocorra, a instituição fez uma série de recomendações ao Brasil, como reformas no setor financeiro nacional que diminuam os custos para abertura de novos negócios. Devido ao endividamento e à burocracia, o crescimento do País para 2006 e 2007 deve ficar mais uma vez abaixo da média mundial, conforme prevê o Fundo. O país deve crescer 3,5%, enquanto a média mundial deve ficar em 4,8%. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 20/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 20/04/06).

Depois de ser criticada, Petrobrás decidiu investir mais na Argentina

A subsidiária da Petrobrás na Argentina, a Petrobras Energia, informou que investirá cerca de US\$ 300 milhões em exploração e produção de combustível no país em 2006. Nas últimas semanas, o governo argentino vinha criticando a estatal brasileira para que esta aumentasse suas reservas e investisse mais no país. Segundo a Petrobrás, os campos adquiridos na Argentina com a compra da Pecom são ruins, o que exige a manter a produção de campos maduros e, conseqüentemente, aumentar muito o investimento. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 20/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/04/06).

Brasil quer exportar mais álcool

O ministro da Agricultura do Brasil, Roberto Rodrigues, visitará os Estados Unidos para tentar ampliar o mercado do álcool combustível brasileiro. A produção norte-americana de combustível este ano (2006), não deverá ser suficiente para suprir a demanda interna. Os Estados Unidos já enviaram três missões ao Brasil para conhecer indústrias de produção de etanol. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/04/06).

Itamaraty optou por não atacar China em sabatina da OMC

O governo brasileiro decidiu não atacar a China na sabatina feita na Organização Mundial do Comércio (OMC) para revisar a política comercial do país asiático. Durante o encontro, os governos internacionais puderam criticar e questionar Pequim pela primeira vez desde que ingressou na entidade, em 2001. O Brasil apenas pediu esclarecimentos sobre alguns pontos de sua lei comercial sem, entretanto, citar temas como a inundação do mercado nacional por produtos chineses. O embaixador brasileiro em Genebra, Clodoaldo Huguene, apenas citou que alguns setores produtivos do país estavam preocupados com o aumento das importações, mas sem mencionar quais eram os produtos e sequer as críticas oficiais. O objetivo foi não criar atritos na relação bilateral, em especial com o setor privado chinês. Além disso, o Itamaraty acredita que há outros meios para resolver



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

o problema. Outro aspecto citado por Hugueneu como preocupante para o Brasil são as regras fitossanitárias chinesas, que continuam “pouco claras”. Apesar dessas ressalvas, diferentemente dos representantes europeus e norte-americanos, o embaixador brasileiro elogiou a forma pela qual Pequim vem implementando as regras da OMC e como vem adotando políticas de distribuição de renda, promovendo a queda de barreiras e iniciando medidas para simplificar a burocracia nas aduanas. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 20/04/06).